



## EDITORIAL

A Revista Universo Contábil (RUC), com a publicação do terceiro número do ano 2021, na área de contabilidade gerencial, apresenta dois artigos, o primeiro sobre o comportamento dos custos nas universidades federais brasileiras e sua relação com variáveis de educação, e o segundo que investiga o impacto da aceitação de mecanismos de custos por precificação exigidos pelo comprador. Na linha de contabilidade financeira, esta edição apresenta um artigo que faz uma revisão sistemática da literatura sobre a contabilidade aplicada a ativos biológicos; outro que avalia as taxas médias de cobertura de auditoria, realizadas pela relação entre variáveis do tamanho de cada uma das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as variáveis relacionadas ao número de auditores internos, à luz do isomorfismo coercitivo institucional; e um terceiro que analisa a relação entre a variação no número de acionistas e o conservadorismo condicional proposto por Basu (1997) para as empresas brasileiras de capital aberto. Na área de educação, esta edição contempla um estudo sobre o nível motivacional de alunos de programas de mestrado profissional na área de Negócios, de Instituições de Ensino Superior brasileiras, para ingressar no doutorado. Na linha de finanças, esta edição apresenta um estudo sobre o efeito de uma fusão ou aquisição (F&A) na volatilidade dos retornos das empresas brasileiras. Na área de contabilidade pública, esta edição trás um estudo sobre a influência das instituições de controle na eficiência da alocação de recursos públicos, considerando as características ambientais de desenvolvimento e o aspecto organizacional da administração pública municipal. Desta forma, a RUC procura proporcionar a seus leitores artigos científicos em diversas áreas da Ciência Contábil, que possam contribuir para as discussões acadêmicas sobre os diversos temas, bem como servir de suporte teórico para pesquisas futuras.

O primeiro artigo, de autoria de Deyvison de Lima Oliveira e Sílvia Hiroshi Nakao apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre a contabilidade aplicada a ativos biológicos, abrangendo o reconhecimento, mensuração, *disclosure* e apresentação desses ativos no contexto da IAS 41 – Agriculture, no período de 2001-2020. Além dos conflitos entre normas nacionais e internacionais no processo de convergência, a revisão revela que a introdução do valor justo nas normas contábeis internacionais representa mudança controversa, especialmente, no que se refere a ativos sem valor de mercado que utilizam dados não observáveis na avaliação e à amplitude de escolhas contábeis. A análise da pesquisa sobre contabilidade de ativos biológicos nos 20 primeiros anos da IAS 41 – Agriculture sinaliza um aparente distanciamento entre o alvo do padrão contábil e a realidade das entidades nos contextos nacionais e indica a necessidade de aprimoramentos na norma e de mais pesquisas sobre procedimentos e metodologias/modelos de mensuração de ativos.

Deise Ferreira, Marco Aurélio Gomes Barbosa, Ana Paula Capuano da Cruz e Alexandre Costa Quintana investigaram, por meio de uma *survey*, o nível motivacional de 140 alunos de programas de mestrado profissional na área de Negócios, de Instituições de Ensino Superior brasileiras, para ingressar no doutorado. Os resultados indicam que os alunos estão motivados intrinsecamente para ingressar no doutorado, apresentando um Índice de Autodeterminação da Motivação alto. Além disso, os autores constataram que o nível motivacional dos alunos não apresenta diferenças estatísticas em relação ao curso e a fase do mestrado que está sendo cursada. A principal implicação do estudo é evidenciar a necessidade de elaboração de ações para fomentar a motivação dos alunos antes de seu ingresso no doutorado, como realização de *workshops* com os

possíveis candidatos, análise do perfil motivacional no processo seletivo, e trabalhar estímulos intrínsecos nos alunos matriculados no programa na condição de aluno especial.

O terceiro artigo, de autoria de Dayana Trento, Altair Borgert e Emanuele Engelage, analisou o comportamento dos custos nas universidades federais brasileiras e sua relação com variáveis de educação no período de 2000 a 2019. Os autores verificaram que a multiplicidade de atividades que as universidades desenvolvem – ensino, pesquisa e extensão – se reflete nos custos, cujo comportamento é crescente. Em decorrência, a maioria das variáveis de educação acompanha tal crescimento, uma vez que houve aumentos proporcionalmente maiores em 15 das 22 variáveis analisadas. A pesquisa apresenta contribuições ao detalhar as variáveis envolvidas, bem como traz *insights* sobre a possibilidade de evolução do tema voltado para a definição de estratégias e políticas públicas transparentes em termos de alocação de recursos públicos.

Identificar se o anúncio de uma fusão ou aquisição (F&A) afeta a volatilidade dos retornos das empresas brasileiras, considerando 35 processos realizados entre 2009 e 2017, foi o objetivo do estudo de Bárbara Cristina Sacramento Coelho, Felipe Lacerda Diniz Leroy e Marcos Antônio de Camargos. A volatilidade foi estimada utilizando os modelos GARCH e EGARCH. Os autores compararam a volatilidade anormal média de uma F&A via teste de Wilcoxon (não paramétrico) em cinco janelas com dados intradiários anteriores e posteriores a cada evento. Constataram que em 32 dos 35 eventos, houve diferença entre a volatilidade anormal média antes e depois do anúncio, mostrando que os processos de F&As afetam a volatilidade dos retornos, apesar de não terem constatado uma tendência definida positiva ou negativa.

Fábio Frezatti é o autor do artigo que investiga o impacto da aceitação de mecanismos de custos por precificação exigidos pelo comprador, uma empresa multinacional. O estudo de campo foi realizado em uma empresa familiar de médio porte, em um mercado emergente, a partir de um estudo de caso pautado na retórica e fundamentado teoricamente no conceito de significativo vazio e na teoria da estruturação. A pesquisa identifica um conflito muito comum entre organizações de diferentes portes que requer uma visão abrangente do relacionamento interorganizacional para lidar com o relacionamento a longo prazo. Em vez de fornecer uma ferramenta de contabilidade gerencial inovadora e adequada, os mecanismos empregados dificultaram a percepção da gestão dos resultados financeiros. A principal contribuição é que o significativo vazio, quando não traduzido, absorvido e integrado aos elementos da gestão da organização, cria um problema para a gestão.

O sexto artigo desta edição, de autoria de Marcos Roberto dos Santos, Márcia Vanessa Formiga e Blênio Cezar Severo Peixe, tem por objetivo avaliar as taxas médias de cobertura de auditoria, realizadas pela relação entre variáveis do tamanho de cada uma das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as variáveis relacionadas ao número de auditores internos, à luz do isomorfismo coercitivo institucional, no período de 2015 até 2019. Os resultados indicam que não existem auditores internos em quantidade suficiente para auditar, de forma eficiente, o volume de recursos públicos recebidos pelas IFES, gerando variações entre as taxas de servidores e taxas de custos da função auditoria interna, evidenciando a disparidade na fiscalização da aplicação destes recursos relacionados à função da auditoria.

Identificar a influência das instituições de controle na eficiência da alocação de recursos públicos, considerando as características ambientais de desenvolvimento e o aspecto organizacional da administração pública municipal, foi o objetivo do estudo de Wesley de Almeida Mendes, Marco Aurélio Marques Ferreira, Wanderson de Almeida Mendes e Luiza Amália Soares Franklin. Os autores buscaram verificar quais elementos influenciaram o grau de eficiência da alocação dos recursos públicos, tomando os municípios de Minas Gerais como referência. Os resultados encontrados reforçam a importância do controle da administração pública, a importância de mecanismos de controle social, mostrando-se necessário investir em instrumentos de controle para

que os recursos empregados sejam capazes de gerar resultados que visam a promoção das condições socioeconômicas.

Para finalizar este terceiro número de 2021, apresentamos o artigo desenvolvido por Filipe Manarte Scaramussa, Poliana Maria Ramos e Rodrigo Simonassi Scalzer, que analisou a relação entre a variação no número de acionistas e o conservadorismo condicional proposto por Basu (1997) para as empresas brasileiras de capital aberto. A amostra utilizada no estudo é composta por empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) entre 2015 e 2020, totalizando 673 observações empresa-ano. Utilizou-se ainda uma amostra alternativa com 560 observações empresa-ano excluindo-se os dados de 2020, de forma a expurgar possíveis efeitos provenientes da pandemia do coronavírus. Os resultados sugerem existir uma relação negativa entre o tamanho da base acionária e o conservadorismo condicional das empresas, contrário ao esperado. Com base na amostra adotada, observou-se um aumento geral no conservadorismo condicional das empresas para os anos de 2018, 2019 e 2020, quando comparado aos anos de 2015, 2016 e 2017.

A partir da publicação desses estudos, a RUC procura fomentar novos temas de pesquisa e novas contribuições científicas sobre os assuntos tratados neste número. Agradecemos aos autores e avaliadores por sua valiosa contribuição! Desejamos a todos excelente leitura.

Saudações  
Roberto Carlos Klann (Editor Geral)